

A importância da educação emancipatória em tempos de retrocessos e semiformação: o papel do professor nesse contexto

Gabriela Souza Schebella*

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão acerca do cenário social atual de retrocessos e o papel do docente, nesse contexto, quanto mediador do conhecimento em uma perspectiva emancipatória. Em especial, nesse momento agravado pela crescente desvalorização da ciência e educação pública por discursos de ódio fomentados, inclusive, por representantes do Poder Executivo, que usam sua visibilidade somada à semiformação dos sujeitos para manipular a massa em benefício próprio. Diante dessa realidade e considerando que a escola tanto vai na contramão desse ideário como é um dos antídotos para tal semiformação, pretende-se elucidar que o professor ocupa um papel considerável no combate a essa triste realidade, precisando de subsídios para desenvolver propostas pedagógicas que promovem uma formação integral e cidadã. Para isso, é preciso não só olhar para a atualidade como se debruçar no passado, resgatando teorias como as de Adorno, Horkheimer, Foucault e Freire para, assim, melhor compreender o presente e provável futuro.

Palavras-chave: Educação emancipatória. Semiformação. Docência.

Introdução

A humanidade vive ciclos tão complexos, dinâmicos e oscilantes, entre desenvolvimentos e retrocessos, que parecem verdadeiras "ondas" de conscientização e perda da razão. Infelizmente, na atualidade, vive-se um desses momentos negativos em que, social e politicamente falando, o retrocesso e negacionismo da democracia chega quase a seu pico, visto que há um explícito e significativo movimento para fomentação do ódio (e conseqüentemente da barbárie), além da desvalorização maciça

* Licenciada em Letras Português e Espanhol pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Especialista em Gestão Empresarial pela mesma instituição e em Gestão de Pessoas pela Anhanguera Educacional. Trabalhou entre 2003 e 2011 na área de Recursos Humanos e Treinamento de Equipes para implementação de Processos de Gestão de Qualidade em empresa privada. De 2012 a 2019, atuou como docente na educação básica, profissionalizante, modalidade EJA, privação de liberdade e professora-tutora da graduação a distância. Em 2017 finalizou a especialização em Gênero e Gênero e Diversidade na Escola, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora efetiva na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina.

E-mail: gabisouzasch@gmail.com

de dois fortes "antídotos" para esses retrocessos: a educação e o conhecimento científico.

O preocupante é que esse cenário de demonstrações de mediações socialmente invertidas são cada vez mais recorrentes, partindo, inclusive, do chefe de Estado e seus ministros que deveriam defender a ciência e garantir a educação pública de qualidade, ao invés de fomentar e proferir discursos de ódio e/ou desrespeito. Diante dessa realidade é preciso lembrar que o conhecimento científico e a escola não são atacados à toa, visto que se tornam ameaças quando são importantes meios de neutralização do "psicopoder"¹ dominador dos disseminadores do ódio manipulados por seus fomentadores. Com isso, torna-se importante pensar no papel docente não só porque esse é um compromisso da profissão, mas também porque, junto com tais inversões, apresenta-se a cada dia um possível perigoso contexto se moldando: o da barbárie.

O contexto dos tempos de retrocesso com comportamentos pautados na semiformação e discursos de ódio

O cenário descrito acima pode ser visto em nível social, porém é comandado pela esfera política em alguns países, encabeçado, principalmente, pelo até então governo neoliberal e etnocentrista dos EUA e seguido pelo estapafúrdio do Brasil, o que torna a situação mais perigosa ainda no momento em que uma "potência mundial capitalista" – como a estadunidense – estava, até janeiro de 2021, pendendo mais para esse comportamento radical tóxico. Já o governo brasileiro, em uma iludida e patética convicção de aproximação americana, repetiu e mantém até a atualidade essa mesma postura, ignorando a racionalidade construtiva socialmente pautada na democracia e causas humanitárias e ambientais.

Tal condição no Brasil pode ser comprovada pelo sucateamento dos únicos recursos que talvez pudessem um dia fazê-lo uma potência bem-vista, nem que seja por preservação de seus recursos naturais (com fauna e flora inigualáveis) e potencial científico, já demonstrado em pesquisas pioneiras desenvolvidas nas universidades públicas do país, apesar do pouco incentivo.

No entanto, o que se vê são radicalismos e descasos com queimadas, negação da importância e eficiência de vacinas, mesmo diante de pandemia mundial, cortes de verbas para universidades e tentativas de reformas, que muito mais criam desserviço à

¹ Um poder que passa pelo controle dos corpos e da linguagem, um controle que se estabelece sobre o nível consciente e inconsciente da vida de cada pessoa humana. Um poder que atua sobre emoções e sentimentos (TIBURI, 2019).

população e um abismo ainda maior na divisão de classes, como se a intenção fosse de “destruir as instituições por dentro” (NOBRE, 2020, apud BETIM e BEDINELLI, 2020).

Isso faz com que, além da negação da ciência e ataque à educação pública brasileira, ainda se perceba um descaso com a vida e direitos individuais da população, o que mais do que nunca foi exposto na pandemia de Covid-19, servindo justamente como objeto de análise para Nobre em sua obra *Ponto final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia* (2020). Nela, Nobre destaca o perigo e imprevisibilidade que essa postura ditatorial e antissistema carrega porque não se sabe como os resultados foram obtidos, nem segundo quais regras (NOBRE, 2020), resultando no desserviço citado anteriormente e, ainda, na parcialidade a favor de grupos específicos:

As regras deixam de ser simplesmente indeterminadas, elas se tornam arbitrarias e intransparentes. E aí a instituição começa a funcionar de maneira disfuncional: deixa de se pautar por sua própria história de procedimentos e de decisões e produz resultados casuísticos e arbitrários [...]. Bolsonaro nunca pretendeu governar para todo mundo. Para ele, quem diz que governa para todo mundo mente e engana, faz “velha” política [...]. E Bolsonaro trouxe a ideia de que estava na hora de mudar o grupo dirigente, que estava na hora de submeter o restante do país ao grupo dos “autênticos brasileiros”, do “verdadeiro povo” (NOBRE, 2020, p. 12-14).

Mas não se pode ser ingênuo de achar que atos radicais e/ou neonazistas ocorrem somente nesses lugares, visto que não são raros os noticiários de barbárie² em vários locais do mundo, o que torna esse contexto ainda mais assustador. É justamente essa situação, calcada em retrocessos em escala mundial, que faz textos e teorias de grandes pensadores como Adorno e Horkheimer tornarem-se – infelizmente – tão atuais que parecem terem sido escritos nesse momento, tamanha a ligação das críticas a fatos contemporâneos, porém agora aportado por uma ferramenta que potencializa – e muito – pensamentos e atos colocados em prática por esses movimentos: a internet.

Parece inacreditável que em pleno século XXI, em especial nos últimos 3 anos, tenha sido escancaradas e disseminadas tais crenças de tal forma que se perdeu o pudor ao desrespeitar direitos constitucionais e humanos, tendo ideias neonazistas compartilhadas como se sua apologia não fosse crime. O racismo e sexismo nunca estiveram tão latentes e violentamente expostos neste século, pois, apesar de sempre

² Notícias sobre extremismos e barbáries na Europa e no mundo: “O extremismo de direita que cresce no mundo e assusta a Alemanha”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53197469>>. “Por que governo francês está responsabilizando as redes sociais em caso de professor decapitado”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54714687>>.

existir, antes era velado ou "por baixo dos panos", porém agora despiu-se embebedado não só em pensamentos preconceituosos, mas atos discriminatórios e, inclusive, criminosos.

É nesse contexto que seus incentivadores políticos se deleitam e adquirem cada vez mais adeptos naqueles que antes tinham enrustidas tais ideologias, usando-os como marionetes para colocar em prática seus incansáveis ataques a meios que podem acabar com a concretização de seus ideais de poder, como a educação e o conhecimento científico pautados no senso crítico e na emancipação do sujeito. Isso ocorre porque a educação, quanto papel de "desenvolvimento de potências pessoais e coletivas", como pontua Tiburi (2019), traz um risco enorme para esses planos pessoais.

O papel docente para uma educação emancipatória e combate a discursos de ódio

A verdade é que a Educação Emancipatória é uma arma poderosa na luta da racionalidade; senso democrático e menos desigualdade social *versus* ignorância e barbárie instaurada. Nessa perspectiva, a "palavra da vez" é RESISTÊNCIA, já que, pensando no raciocínio inicial de que a humanidade vive ciclos que oscilam e um dia se renovam, o papel do educador é esse: resistir e se apegar na esperança de que tais picos de retrocesso só passam se a defesa da educação se manter firme... Como? Mantendo o comportamento de aperfeiçoamento e formação constante de que já está tão acostumado, não sendo "arrastado" para o pensamento de que sua caminhada científica e acadêmica tão árdua não serve para nada ou vale poucos trocados como todo mês é representado literalmente na remuneração salarial da classe.

Lembrando que essa profissão escolhida não deve se curvar à Indústria Cultural³ ou aceitar a Semiformação⁴ como alternativa para os que passam pela sua mediação do conhecimento. A discussão democrática em sala de aula, que muitas vezes é difícil, torna-se o único caminho para a emancipação.

Como já traz o eterno patrono Paulo Freire, em sua obra *Educação e Mudança* (1979), acerca do tema mudança e conscientização da sociedade existe um papel da educação e do professor nesse processo, que somente por meio da reflexão-ação tem

³ Produções que tornam a cultura e a arte simples objetos mercantis, trazendo como consequência a degradação da formação dos indivíduos culturalmente falando e, assim, anulando suas autonomias e tornando-os prisioneiros do capital (ADORNO e HORKHEIMER, 1946, apud KOOP, 2019, p. 130).

⁴ Quando a formação cultural se converte em uma formação parcial socializada e alienada, espalhada por toda atmosfera, e se perpetua, sucedendo a formação cultural ao invés de anteceder-la. Desse modo, "tudo fica aprisionado nas malhas da socialização" (ADORNO, 2010, p. 9).

a capacidade de atuar, operar, refletir, transformar e comprometer-se, não podendo haver essa reflexão e atuação docente sem que se aproxime da realidade verdadeira e concreta no meio que objetiva transformações através da educação. Assim, o compromisso do professor é justamente o da solidariedade, não podendo ser passivo por um "compromisso do profissional com a sociedade" (FREIRE, 1979, p. 7), assumido à medida que se fez profissional da educação.

A partir dessa afirmação, o autor vai além e coloca tal função e a educação em si como uma das chaves para o processo de mudança social, destacando o homem como um ser inacabado e sujeito de sua própria educação, em uma permanente busca. Assim, o papel do professor, além de resistir, é mediar esse processo de mudança através da educação emancipatória para evitar retrocessos como o do contexto atual, que são calcados na semiformação somada à indústria cultural, explorada politicamente por neoliberais para exercer um "psicopoder" sobre os de extrema direita e "autênticos brasileiros", citados por Nobre (2020, p. 14). Afinal, se educação é uma das chaves para mudança, conseqüentemente também é uma das chaves para não retornarmos à barbárie para a qual estamos caminhando.

Retomando a linha de raciocínio de Freire (1979), o *amor* e a *esperança* são elementos fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, ressaltando que o primeiro é condição para o entendimento, enquanto o segundo é princípio que alimenta a busca para educação, coincidentemente sendo essas duas expressões totalmente contrárias ao discurso de ódio que leva à barbárie. Segundo ele, essa "fórmula" é justamente o que estimula a transformação constante pela estratégia pedagógica das relações reflexivas. É a partir desse pensamento que a discussão democrática e saudável⁵ em sala de aula se torna algo essencial para amortecer o desenvolvimento da semiformação, assim como o domínio da indústria cultural, tão criticada por Adorno já no século passado e muito presente no contexto social e político da atualidade.

No texto *Educação após Auschwitz* (1967), Adorno se mostrava atento para o fato da barbárie que a semiformação pode levar, ressaltando a extrema importância de entender os mecanismos que resultam em comportamentos pautados no ódio para evitá-la e, assim, episódios como o de Auschwitz, pois, segundo o autor, "qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa

⁵ "Discussão saudável" no sentido figurado de respeitosa, que aceita as diferentes opiniões como enriquecimento da reflexão coletiva e não fomenta a competitividade ou única verdade absoluta desqualificando outros posicionamentos, mas sim incentivando um consenso a partir da pluralidade de ideias.

meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação” (ADORNO, 1967, p. 1) e, nesse contexto, ele faz a seguinte afirmação:

É preciso reconhecer os mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer tais atos, é preciso revelar tais mecanismos a eles próprios, procurando impedir que se tornem novamente capazes de tais atos, na medida em que se desperta uma consciência geral acerca desses mecanismos[...]. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica (ADORNO, 1967, p. 2).

Considerando essa perspectiva de Adorno acerca da conscientização e autorreflexão, relacionando-a com a pedagogia sugerida por Freire, que foca em ações pautadas especialmente no amor e esperança, é possível trazer a essa discussão colocações contemporâneas da filósofa Márcia Tiburi, expostas no artigo *Educação após Bolsonaro* (2019), que justamente faz uma analogia com o texto *Educação após Auschwitz* (1967), de Adorno, e ao mesmo tempo, indiretamente, retoma o pensamento de Freire de “homem como um ser inacabado e sujeito de sua própria educação” no momento em que diz que “é pela educação que as pessoas se tornam quem elas podem ser”, conforme expõe o trecho reproduzido abaixo:

A educação é a instituição que tem a função ética de produzir esclarecimento na sociedade [...]. A crítica, como capacidade de análise e fundamentação, é o aspecto fundamental transmitido pela educação. É pela educação que as pessoas se tornam quem elas podem ser. A educação, quando crítica, ou seja, quando é analítica, leva ao desenvolvimento de potências pessoais e coletivas (TIBURI, 2019, p. 1).

Pensando nesse contexto de *amor e esperança na relação professor-aluno* como um caminho para emancipação dos sujeitos, é possível ir além quando trazido à discussão colocações como as de Zuin e Zuin (2020) acerca da produção de conhecimento e consciência moral. Eles destacam que esse processo de ensino e aprendizagem, quando desenvolvido em um ambiente que ultrapassa a troca exclusivamente informacional e substitui a relação hierárquica e de vigilância por uma emocional, gera uma relação de admiração surtindo um efeito muito mais efetivo e permanente no aprendizado.

Segundo os autores, isso ocorre porque esse comportamento docente os estimula a transformação por meio de reflexão crítica das próprias atitudes tomadas dentro e fora da escola, visto que as características de personalidade de seus mestres seriam “[...]”

tão ou mais importantes do que o aprendizado dos conteúdos por eles ministrados” (FREUD, 1976, apud ZUIN e ZUIN, 2020, p. 3).

Ou seja, é a relação entre eles, gerada a partir da conduta mais acolhedora e menos autoritária do professor, que efetiva um ambiente mais reflexivo e, assim, a efetivação da internalização dos conhecimentos.

[...] a maneira como os professores se relacionavam emocionalmente com seus alunos era um fator determinante para o aprendizado, ou não, dos conteúdos das ciências. Se sua didática fosse absolutamente autoritária, muito provavelmente os alunos poderiam até memorizar os conteúdos para que pudessem ser aprovados em determinada disciplina, mas dificilmente se sensibilizariam para efetivamente os incorporar em suas práticas cotidianas. Contudo, se o professor soubesse controlar seu desejo narcísico de onipotência, expresso na tentação de promulgar sua opinião como verdade incontestada, então haveria uma possibilidade de que os alunos se sentissem impulsionados a não só admirar tal procedimento didático e, portanto, aquele que o exercera em sala de aula, como também se motivar para poder intervir no decorrer das aulas (ZUIN e ZUIN, 2020, p. 3).

Tal “atmosfera” não só torna a sala de aula um espaço de troca mais rico como tende a construir a admiração ao professor por seus alunos, visto que não é o medo que gera o respeito, mas, sim, a discussão democrática e inclusiva pela aceitação da pluralidade de ideias e até contestações, em que todos os envolvidos no processo ensinam e aprendem em algum grau, inclusive o docente, partindo da premissa de que “é preciso começar por deixar de ser professor para poder sê-lo” (VERNANT, 2002, p. 32, apud ZUIN e ZUIN, 2020, p. 20).

Na verdade, as palavras do professor se conservam transformadas na contestação elaborada feita pelos alunos, de tal modo que ambos se desenvolvem na condição de agentes educacionais. [...] é assim que tanto o conhecimento é produzido quanto as regras dos contratos pedagógicos tendem a ser mutuamente respeitadas, haja vista o fato de que foram conjuntamente elaboradas pelos agentes educacionais (ZUIN e ZUIN, 2020, p. 10).

Pensando nessa perspectiva e levando especificamente para o contexto brasileiro, que está vivendo desde 2018 uma crescente onda de extrema direita conservadora e ditatorial, não é à toa que radicais do governo atual querem reimplantar disciplinas como *Moral e Cívica* e excluir da grade curricular as da área de humanas como História, Geografia e Filosofia sob a justificativa de incentivo a “ideias comunistas”. Pois uma educação como a citada acima vai totalmente contra uma estratégia muito importante

para tornar real o objetivo, a curto e médio prazo, de controle total das próximas gerações, que precisa ser feita justamente através do apagamento da história dos sujeitos e da imposição da sua ideologia desde a fase escolar para, assim, ter adultos mais facilmente manipuláveis.

Ramos-de-Oliveira (1997) expressa claramente essa tentativa ao descrever a alteração do quadro curricular básico de 1º e 2º graus da educação brasileira, a partir de 1964, com o golpe militar, relatando uma interferência profunda e ampla pela perda do sentido histórico e enfraquecimento da consciência histórica para desaparecimento do sujeito, ressaltando que “[...] eliminar a História. É o que o regime tecnocrático-militar de 64 conseguiu... nos quadros curriculares” (OLIVEIRA, 1997, p. 35-36). Mas nem tudo foi perdido porque, apesar de todo esforço desde o golpe de 64 e mesmo com todo movimento fascista e neonazista crescendo hoje, sucateamento das universidades e corte de verbas para esse tipo de pesquisa, ainda há uma grande parcela de pensantes dedicados aos estudos dos fenômenos sociais-políticos. Assim, surgem ideias tão estapafúrdias – e, pela perspectiva exposta acima, de Freire (1979), Tiburi (2019) e Zuin (2020), claramente fadada ao fracasso pedagógico com prejuízos imensuráveis – como a ideologia fascista de implantação nacional de *Escolas sem Partido*⁶ e *Cívico-militares*⁷, que de “sem partido” e “pelo bem da nação” não tem absolutamente nada, não passando de uma estratégia de controle, vigilância e punição dentro do ambiente sagrado do saber, que é o educacional.

Na obra denominada *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* (2017), Frigotto traz um compilado de escritas, de diversos pesquisadores, que desnuda tais objetivos de poder absoluto sob a população de uma forma muito informacional “porque traz a alunos, pais e professores a gênese, o contexto, a lei, a origem, o sentido político e o significado pedagógico do Projeto de Lei nº 867/2015” (CIAVATTA, 2017, p. 7), elucidando acerca das tentativas de mudanças escolares acima mencionadas e trazendo argumentos que expõem esse desejo obscuro de poder político e controle da sociedade, não mais apenas pela indústria cultural, mas

⁶ Movimento criado em 2004 por estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras do ensino básico ao superior, onde fazem em seu site oficial a veiculação sistemática de ideias e denúncias ao Ministério Público do que seus organizadores entendem como “práticas de doutrinação” quando não estão em conformidade com suas convicções nas pautas relacionadas à educação moral, sexual e religiosa (ALGEBAILLE, 2017, p. 63).

⁷ O Programa que começou a ser estruturado no primeiro semestre de 2019, a partir da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, responsável por propor, desenvolver e implantar um modelo de escola com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares. Foi lançado na Semana da Pátria com a assinatura do Decreto no Palácio do Planalto que reuniu o Presidente da República e o Ministro da Educação (BRASIL, 2019).

também por outra ferramenta muito mais poderosa para um comando definitivo: a educação.

A partir disso, pensando na estratégia pretendida por esse desmonte na educação e mantendo a analogia da luta da racionalidade *versus* ignorância já utilizada anteriormente, o professor seria o "soldado"⁸ ideal e mais importante para o sucesso almejado, que pode fazer todo o "trabalho sujo" na massa se dedicando a uma "lavagem cerebral" voltada para o fortalecimento do neoliberalismo e da Indústria Cultural. Como? Usando sua posição de educador para, ao invés de desenvolver o senso crítico e democrático através da Educação Emancipatória, preparar essa "massa estudantil" para um papel que vai o mais providencialmente possível ao encontro dos interesses políticos e capitalistas disfarçados de preparação de "cidadãos de bem", tanto moralmente quanto religiosamente falando, que ocupam seu papel pré-estabelecido na sociedade e no mercado de trabalho sem questionar, aceitando sua posição na cadeia hierárquica e no abismo social criado e eternizado por aqueles que estão nas posições mais vantajosas:

A junção das teses dos arautos do fundamentalismo do mercado e do fundamentalismo religioso, se transformadas em legislação, como está correndo, constituirá o lado mais voraz da esfinge que se alastra na sociedade e não apenas na escola. Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde. O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores (FRIGOTTO, 2017, p. 31-32).

Essa tentativa de modificação nociva tem como justificativa um "benefício" que, segundo eles, precisa ser urgentemente resgatado: a "disciplina". O que traz para essa discussão a reflexão acerca do conceito dessa expressão quando vinculada à tentativa de controle e manipulação dos sujeitos, o que há muito foi levantado de forma crítica por Foucault em sua famosa obra *Vigiar e punir*, trazendo a seguinte colocação:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e

⁸ A expressão "soldado" aqui é usada no seu sentido figurado de sujeito que segue e cumpre um papel estipulado por seu superior sem questionamentos e/ou análise crítica acerca da orientação dada, dentro de um contexto hierarquizado e com papéis específicos.

inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Pensando a partir dessa premissa, parece coerente o objetivo de resgate da “disciplina” quando a intenção política por trás é a manipulação das massas e, ao mesmo tempo, formar consumidores, delatores e desprovidos do senso crítico. Nesse contexto, para ajudar no combate a esse tipo de proposta, a classe de profissionais da educação cai novamente na palavra RESISTÊNCIA a partir da sua arma mais poderosa: a informação. Não podendo se entregar nunca à indústria cultural e seu “[...] esclarecimento como mistificação das massas” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 99), perigosamente aperfeiçoada pela tecnologia. Uma das formas de fazer isso é usando a pesquisa científica para dar credibilidade à ideia de que tentativas como a da implantação da Escola sem Partido, Cívico-militares e similares tem como verdadeiro ideário a “[...] ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade” (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

Considerações finais

Evitar que se instaure tais pedagogias não se trata somente da defesa da educação de qualidade e partir da igualdade para todos, vai muito além disso... Se trata da tentativa de alguma igualdade social, do reconhecimento do estado laico em que vivemos e dos direitos humanos, bem como da defesa do art. 5º da Constituição Federal o qual diz que “todos somos iguais perante a lei” (BRASIL, 1988). De evitar perseguições políticas, fomentação do racismo, do sexismo e do esmagamento das minorias históricas e da diversidade, que procuram conviver socialmente com dignidade. É por causa da educação que a manipulação ainda não é total e sempre será ela um dos frutíferos caminhos para emancipação real dos sujeitos (e não esse faz de conta da manipulação mascarada por uma falsa liberdade). O que significa que os ataques a ela e seus disseminadores serão eternos enquanto houver relações de poder na sociedade, sejam elas econômicas, políticas ou sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio, é fundamental que o profissional de educação reflita acerca desses processos sociais, sendo no mínimo muito rico fomentar

discussões acerca dos temas aqui abordados em formações continuadas, por exemplo. Uma forma pertinente seria focando na perspectiva do contexto educacional atual a partir dos conceitos de semiformação, indústria cultural, autoridade pedagógica e educação emancipatória, passando pela Teoria Crítica. Assim, o professor não só terá mais subsídios para desenvolver propostas pedagógicas, que promovam uma formação mais reflexiva, inclusiva, integral e cidadã aos alunos, como também terá a oportunidade de repensar seu próprio papel no processo de mediação e posicionamento frente aos alunos, hierarquicamente falando.

Referências

ADORNO, T. W. Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. Á. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. **Teoria Crítica e inconformismo**: Novas perspectivas de ensino. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas: Autores Associados, 2010. p. 6-40.

ADORNO, T. **Educação após Auschwitz**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 1967. Disponível em: <<https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola sem partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 63-74.

BETIM, F.; BEDINELLI, T. Marcos Nobre ao EL PAÍS: “Bolsonaro tenta destruir as instituições por dentro”. **EL País**, 4 de junho de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-03/el-pais-entrevista-ao-vivo-o-filosofo-marcos-nobre-nesta-quinta-feira.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares?** Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/#o-programa>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CIAVATTA, M. Apresentação: Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola sem partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 7.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 73. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses da escola sem partido: esfinge e o ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola sem partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 17-34.

KOOP, S. K. A Indústria Cultural e o Conceito de Alienação. **PÓLEMOS** – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília, v. 7, n. 14, p. 125-140, 2019.

NOBRE, M. **Ponto-final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. Reflexões sobre a Educação danificada. In: ZUIN, A. A. S. *et al.* (Orgs.). **A educação danificada**: contribuições à Teoria Crítica da Educação. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 13-44.

TIBURI, M. Educação após Bolsonaro. **Cult**, 5 de junho de 2019. Disponível em:
<<https://revistacult.uol.com.br/home/educacao-apos-bolsonaro>>. Acesso em: 29 out. 2020.

ZUIN, V. G.; ZUIN, A. Á. S. A autoridade pedagógica diante da tecnologia algorítmica de reconhecimento facial e vigilância. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 41, p. 1-15, 2020.